



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1764116 - SP (2020/0246802-7)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : MACAUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS - SPE I
LTDA
ADVOGADO : THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT - SP361413
AGRAVADO : MARIA ELZA LIMA BRAZ
ADVOGADO : RODOLPHO LUIZ DE RANGEL MOREIRA RAMOS - SP318172

DECISÃO

Cuida-se de pedido de efeito suspensivo apresentado na petição de agravo em recurso especial interposto por MACAUBA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS - SPE I LTDA. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A agravante alega que, a despeito do que ocorreu no julgamento do recurso de agravo de instrumento na origem, "não há nenhuma possibilidade prevista em lei de que o recurso de agravo de instrumento seja julgado sem que ocorra a intimação do agravado para apresentação de contraminuta" (fl. 489).

Assim, sustenta que o acórdão recorrido "padece de verdadeira violação de lei federal, na medida em que não respeitou norma procedimental de natureza jurídica cogente, em manifesto prejuízo da sociedade empresarial Macaúba Empreendimentos Imobiliários SPE I LTDA" (fl. 490).

Pleiteia a concessão de efeito suspensivo para tornar sem efeito o acórdão recorrido.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Preliminarmente, ressalto não ser possível, em regra, a concessão de efeito suspensivo a recurso especial não admitido na origem. A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR. EFEITOS SUSPENSIVO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. *FUMUS BONI IURIS* NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A concessão de efeito suspensivo a recurso especial cujo seguimento foi indeferido na origem somente se justifica, em caráter excepcional, se demonstrada forte possibilidade de êxito do recurso, associada ao *periculum in mora*, circunstâncias não evidenciadas no caso em exame. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg na MC 18.760/SP, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 15/10/2012, grifo meu.)

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO. AÇÃO RESCISÓRIA (ART. 966, VIII, § 2º, DO CPC/2015). ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO INDENIZATÓRIA. PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA (ART. 300 DO CPC/2015). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE *PERICULUM IN MORA*. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA. 1. Em preliminar, cumpre receber o pedido de reconsideração como agravo regimental. 2. Na hipótese em análise, o requerente busca a concessão de tutela de urgência nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil de 2015 para que sejam suspensos os processos de execução do julgado que visa rescindir por meio da ação rescisória. A propósito, sustenta a plausibilidade do direito invocado na ação rescisória e a existência de prejuízo irreversível inerente à continuidade dos processos de execução. 3. O artigo 300 do Código de Processo Civil de 2015 exige para a concessão da tutela de urgência a presença cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, sendo que a ausência de qualquer dos requisitos referidos obsta a referida pretensão. 4. Ademais, impende destacar que o ajuizamento de ação rescisória não impede o prosseguimento da decisão que visa ser rescindida, nos termos do artigo 966 Código de Processo Civil de 2015: "A propositura da ação rescisória não impede o cumprimento da decisão rescindenda, ressalvada a concessão de tutela provisória." 5. O requerente, entretanto, não comprovou o *periculum in mora*, apto a determinar a suspensão da execução do julgado. A simples alegação no sentido de que os valores executados equivalem a mais de oitenta por cento do valor de sua folha de pagamento pessoal, isso num momento terrível por que passa a economia do país" (fl. 129 e-STJ), não é suficiente para comprovar o referido requisito, principalmente quando não apresentado nenhum documento que comprove tais alegações. Não obstante, como cediço, a alegação da ocorrência de atos de execução do julgado, por si só, não é suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível. 6. Agravo interno não provido. (RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, Primeira Seção, DJe de 8/11/2016, grifo meu.)

Na espécie, a agravante deixou de demonstrar o *periculum in mora*, atendo-se a defender tão somente possíveis "prejuízos irreparáveis" (fl. 494) decorrentes da continuidade do processamento do recurso especial.

Ante o exposto, diante da ausência do *periculum in mora*, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial.

Distribua-se o processo, em razão de a hipótese dos autos não se enquadrar nas

atribuições da Presidência, previstas no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente